

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	22
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	23
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	25
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	25
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	26
12. INTANGÍVEL	28
13. FORNECEDORES	30
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	30
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	32
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS	35
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	36
18. PROVISÕES.....	37
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	41
20. RECEITA.....	43
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	46
22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	50
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	51
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	54
25. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA.....	62
26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	62
27. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	63
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	64
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	79

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	528.313	520.887
Títulos e valores mobiliários	5	6.147	302.298
Consumidores e revendedores	6	2.918.389	2.686.274
Concessionários – transporte de energia	6	181.943	124.951
Tributos compensáveis	7	764.617	106.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	128.403	174.694
Estoques		22.398	29.164
Contribuição de iluminação pública		166.736	148.827
Reembolso subsídios tarifários	10	82.470	73.345
Subvenção baixa renda		28.237	26.660
Ativos financeiros da concessão	11	366.873	158.525
Outros		183.878	147.915
Total do circulante		5.378.404	4.499.548
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	988	8.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.138.736	1.106.081
Tributos compensáveis	7	180.151	181.556
Depósitos vinculados a litígios	9	1.705.599	1.650.412
Consumidores e revendedores	6	711	172.080
Concessionários - transporte de energia	6	71.219	71.676
Outros créditos		54.103	41.249
Ativos financeiros da concessão	11	1.272.395	580.247
Intangíveis	12	9.404.172	9.336.486
Total do não circulante		13.828.074	13.148.080
Ativo total		19.206.478	17.647.628

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	77.977	27.716
Debêntures	15	655.085	566.071
Fornecedores	13	1.831.052	1.655.382
Impostos, taxas e contribuições	14	285.474	523.914
Salários e encargos sociais		153.963	134.475
Encargos regulatórios	16	289.122	358.760
Participação dos empregados e administradores no resultado		13.484	3.175
Obrigações pós-emprego	17	173.494	166.525
Contribuição de iluminação pública		296.135	274.726
Passivos financeiros da concessão	11	-	414.800
Valores a pagar a partes relacionadas	23	631.752	-
Outros		182.513	267.300
Total do circulante		4.590.051	4.392.844
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.527.277	1.166.935
Debêntures	15	3.442.181	3.921.969
Provisões	18	473.325	480.977
Obrigações pós-emprego	17	2.693.322	2.655.628
Impostos, taxas e contribuições	14	24.490	23.146
Encargos regulatórios	16	199.358	160.703
Passivos financeiros da concessão	11	41.383	-
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	14	1.114.802	1.087.230
Outros		15.956	20.886
Total do não circulante		9.532.094	9.517.474
Total do passivo		14.122.145	13.910.318
Patrimônio líquido			
	19		
Capital social		2.771.998	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.600.000	1.500.000
Reservas de lucros		392.497	392.497
Ajustes de avaliação patrimonial		(927.185)	(927.185)
Lucros acumulados		247.023	-
Total do patrimônio líquido		5.084.333	3.737.310
Total do passivo e do patrimônio líquido		19.206.478	17.647.628

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Receita	20	10.443.959	8.281.711
Custos operacionais	21		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(5.696.990)	(4.717.386)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.119.124)	(661.101)
		(6.816.114)	(5.378.487)
Custos			
Pessoal e administradores		(520.487)	(700.889)
Materiais		(25.970)	(22.076)
Serviços de terceiros		(541.984)	(468.067)
Amortização		(390.277)	(361.465)
Provisões operacionais, líquidas		(29.062)	(172.882)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(543.860)	(705.296)
Outros		(40.644)	(31.312)
		(2.092.284)	(2.461.987)
Custo total		(8.908.398)	(7.840.474)
Lucro bruto		1.535.561	441.237
Despesa operacional	21		
Despesas com vendas		(227.436)	(174.726)
Despesas gerais e administrativas		(336.155)	(364.695)
Outras despesas operacionais		(262.412)	(372.425)
		(826.003)	(911.846)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		709.558	(470.609)
Receitas financeiras	22	301.822	302.727
Despesas financeiras	22	(493.217)	(616.487)
Resultado antes dos impostos		518.163	(784.369)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(153.681)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(18.383)	245.677
Lucro líquido (prejuízo) do período		346.099	(538.692)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	19	0,1467	(0,2283)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017
Receita	20	3.915.914	2.661.945
Custos operacionais	21		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.284.594)	(1.662.921)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(338.539)	(346.837)
		(2.623.133)	(2.009.758)
Custos			
Pessoal e administradores		(161.324)	(198.410)
Materiais		(8.466)	(9.728)
Serviços de terceiros		(183.172)	(171.092)
Amortização		(131.092)	(117.859)
Provisões operacionais, líquidas		(42.280)	(20.604)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(182.368)	(284.184)
Outros		(12.769)	(18.269)
		(721.471)	(820.146)
Custo total		(3.344.604)	(2.829.904)
Lucro bruto		571.310	(167.959)
Despesa operacional	21		
Despesas com vendas		(60.244)	(33.961)
Despesas gerais e administrativas		(109.664)	(90.252)
Outras despesas operacionais		(90.799)	(138.778)
		(260.707)	(262.991)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		310.603	(430.950)
Receitas financeiras	22	122.128	97.300
Despesas financeiras	22	(183.465)	(182.954)
Resultado antes dos impostos		249.266	(516.604)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(77.329)	61.188
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(3.494)	107.819
Lucro líquido (prejuízo) do período		168.443	(347.597)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)		0,0714	(0,1473)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Lucro líquido (prejuízo) do período	346.099	(538.692)
Resultado abrangente do período	346.099	(538.692)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/18 (Reapresentado)	Jul a Set/17
Lucro líquido (prejuízo) do período	168.443	(347.597)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	168.443	(347.597)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	509.810	(781.941)	-	2.499.867
Aumento de capital (nota 19)	410.000	(410.000)	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	(538.692)	(538.692)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(538.692)	(538.692)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	2.771.998	-	509.810	(781.941)	(538.692)	1.961.175
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.771.998	1.500.000	392.497	(927.185)	-	3.737.310
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos (nota 2.2)	-	-	-	-	(99.076)	(99.076)
Resultado abrangente						
Lucro líquido do período	-	-	-	-	346.099	346.099
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	346.099	346.099
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 19)	-	1.100.000	-	-	-	1.100.000
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 (Reapresentado)	2.771.998	2.600.000	392.497	(927.185)	247.023	5.084.333

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do período		346.099	(538.692)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	17	205.037	236.812
Amortização	12b	440.055	400.754
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT		-	557.673
Provisões para perdas operacionais, líquidas	21	251.112	347.608
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 12b	16.914	9.131
Juros, variações monetárias e atualização do ativo financeiro da concessão		405.577	468.168
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos		9.124	17.976
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	20	(1.783.790)	(148.216)
Imposto de renda e contribuição social	8c	172.064	(245.677)
		<u>62.192</u>	<u>1.105.537</u>
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(438.297)	(211.702)
Concessionários – transporte de energia		(56.535)	31.308
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	11b	568.432	304.841
Tributos compensáveis		(776.997)	(15.089)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(8.855)	(27.802)
Depósitos vinculados a litígios		(51.465)	(53.140)
Reembolso subsídios tarifários		(9.125)	(9.594)
Subvenção baixa renda		(1.577)	(4.498)
Outros		(54.674)	12.447
		<u>(829.093)</u>	<u>26.771</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		131.387	371.046
Impostos, taxas e contribuições		(110.041)	(242.695)
IR e CSLL a pagar		-	124.088
Salários e encargos sociais		19.488	14.960
Encargos regulatórios		(44.284)	20.633
Obrigações pós-emprego	17	(160.374)	(146.012)
Outros		(94.711)	(110.302)
		<u>(258.535)</u>	<u>31.718</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(1.025.436)	1.164.026
Juros pagos	15	(339.191)	(310.558)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(103.562)	(124.088)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.468.189)	729.380
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		303.094	(120.919)
Em intangível	12	(522.111)	(650.359)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(219.017)	(771.278)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	15	395.860	-
Mútuo – com partes relacionadas	23	630.000	-
Pagamentos de empréstimos	15	(431.228)	(205.807)
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	1.100.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.694.632	(205.807)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	520.887	426.074
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	<u>528.313</u>	<u>178.369</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)		Jan a Set/2017	
Receitas				
Venda de energia e serviços	17.168.619		14.343.480	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	543.860		705.296	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	3.875		2.278	
Outras receitas	7.029		1.479	
Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(227.436)		(174.726)	
	<u>17.495.947</u>		<u>14.877.807</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(6.235.282)		(5.190.391)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.233.194)		(728.486)	
Serviços de terceiros	(866.374)		(825.784)	
Materiais	(259.582)		(360.811)	
Outros custos operacionais	(159.274)		(354.373)	
	<u>(8.753.706)</u>		<u>(7.459.845)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>8.742.241</u>		<u>7.417.962</u>	
Retenções				
Amortização	(440.055)		(400.754)	
Valor adicionado líquido	<u>8.302.186</u>		<u>7.017.208</u>	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	301.822		302.727	
Valor adicionado a distribuir	<u>8.604.008</u>		<u>7.319.935</u>	
Distribuição do valor adicionado				
		%		%
Empregados	794.610	9,24	1.041.280	14,23
Remuneração direta	502.752	5,85	558.450	7,63
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	239.251	2,78	282.666	3,86
FGTS	35.012	0,41	52.589	0,72
Programa de desligamento voluntário programado	17.595	0,20	147.575	2,02
Impostos, taxas e contribuições	6.892.920	80,11	6.088.811	83,18
Federais	3.408.275	39,61	2.280.905	31,16
Estaduais	3.479.636	40,44	3.804.362	51,97
Municipais	5.009	0,06	3.544	0,05
Remuneração de capitais de terceiros	570.379	6,63	728.536	9,95
Juros	514.966	5,99	671.423	9,17
Aluguéis	55.413	0,64	57.113	0,78
Remuneração de capital próprio	346.099	4,02	(538.692)	(7,36)
Lucro (prejuízo) retidos	346.099	4,02	(538.692)	(7,36)
	<u>8.604.008</u>	<u>100,00</u>	<u>7.319.935</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.412.972 consumidores em 30 de setembro de 2018 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Mudanças no estatuto da Companhia – aprimoramento da governança corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 05 de novembro de 2018 e, em 27 de novembro de 2018, autorizou a sua reapresentação para refletir os efeitos dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.

2.2. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma

entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na demonstração do resultado para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018:

Reapresentado	Jan a Set/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	Jan a Set/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
RECEITA LÍQUIDA	10.443.961	31.596	10.475.557
CUSTOS OPERACIONAIS	(8.908.400)	-	(8.908.400)
DESPESAS OPERACIONAIS	(826.003)	(31.596)	(857.599)
Resultado financeiro	(191.395)	-	(191.395)
Imposto de renda e contribuição social	(172.064)	-	(172.064)
Lucro líquido do período	346.099	-	346.099

Reapresentado	Jul a Set/18 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	Jul a Set/18 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
RECEITA LÍQUIDA	3.915.916	5.916	3.921.832
CUSTOS OPERACIONAIS	(3.344.606)	-	(3.344.606)
DESPESAS OPERACIONAIS	(260.707)	(5.916)	(266.623)
Resultado financeiro	(61.337)	-	(61.337)
Imposto de renda e contribuição social	(80.823)	-	(80.823)
Lucro líquido do período	168.443	-	168.443

1) Refere-se a penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de Subsídios Tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção Baixa Renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Valores a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O impacto material decorrente da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018 está relacionado ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia adotou, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia	150.114
Impostos diferidos	(51.038)
	<u>99.076</u>

2.3. Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. Parte do resultado homologado correspondeu a repasses diretos na tarifa referentes às variações dos custos não gerenciáveis (Parcela A), decorrentes principalmente de: compra de energia, encargos de transmissão e outros itens financeiros componentes da tarifa, para os quais a Companhia registrou os efeitos contábeis a partir de maio de 2018.

Após a publicação das informações contábeis intermediárias do trimestre e período findo em 30 de setembro de 2018, foram identificadas divergências na contabilização da amortização de determinados ativos e passivos financeiros da concessão relacionados à Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros homologados na revisão tarifária mencionada acima. Dessa forma, a Companhia optou pela reapresentação dessas informações contábeis intermediárias, a fim de refletir de forma mais adequada a sua situação patrimonial e o seu desempenho operacional. Esses assuntos não provocaram efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentadas para fins de comparação e nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2018.

Com base nas orientações do CPC 23/IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as informações contábeis intermediárias estão sendo reapresentados com os seguintes ajustes:

- (a) Correção das divergências na contabilização da amortização de determinados ativos e passivos financeiros da concessão relacionados à Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros homologados na revisão tarifária de 28 de maio de 2018 nos montantes de R\$326.490 e R\$244.867 nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.
- (b) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos nos montantes de R\$64.386 e R\$29.857, respectivamente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e de R\$48.011 e R\$22.377, respectivamente, no período de três meses findo nesta data.
- (c) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de PASEP/COFINS nos montantes totais de R\$30.200 e R\$22.650 nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.
- (d) Efeitos do ajuste indicado no item (a) nas apurações de encargos regulatórios nos montantes totais de R\$2.936 e R\$2.202 nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.
- (e) Efeito de multa e juros de mora decorrentes das alterações nas apurações de IR/CS, PASEP/COFINS e encargos regulatórios nos montantes de R\$414, R\$194 e R\$27, respectivamente, nos períodos de nove e três meses findo em 30 de setembro de 2018.
- (f) Efeito líquido de todos os ajustes nos montantes de R\$198.476 e R\$148.992 no resultado dos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2018, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	30/09/2018	Ajustes	30/09/2018 (Reapresentado)
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b) e (e)	193.203	(64.800)	128.403
Ativos financeiros da concessão (a)	266.656	100.217	366.873
Outros ativos circulantes não afetados	4.883.128	-	4.883.128
Total do circulante	5.342.987	35.417	5.378.404
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	1.168.593	(29.857)	1.138.736
Outros ativos não circulantes não afetados	12.689.338	-	12.689.338
Total do não circulante	13.857.931	(29.857)	13.828.074
Ativo total	19.200.918	5.560	19.206.478

Passivo	30/09/2018	Ajustes	30/09/2018 (Reapresentado)
Circulante			
Impostos, taxas e contribuições (c) e (e)	255.080	30.394	285.474
Encargos regulatórios (d) e (e)	288.214	908	289.122
Passivos financeiros da concessão (a)	226.273	(226.273)	-
Outros passivos circulantes	4.015.455	-	4.015.455
Total do circulante	4.785.022	(194.971)	4.590.051
Não Circulante			
Encargos regulatórios (d) e (e)	197.303	2.055	199.358
Outros passivos não circulantes	9.332.736	-	9.332.736
Total do não circulante	9.530.039	2.055	9.532.094
Total do passivo	14.315.061	(192.916)	14.122.145
Patrimônio líquido			
Capital social	2.771.998	-	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.600.000	-	2.600.000
Reservas de lucros	392.497	-	392.497
Ajustes de avaliação patrimonial	(927.185)	-	(927.185)
Lucros acumulados (f)	48.547	198.476	247.023
Total do patrimônio líquido	4.885.857	198.476	5.084.333
Total do passivo e do patrimônio líquido	19.200.918	5.560	19.206.478

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Jan a set/18	Ajustes	Jan a set/18 (Reapresentado)
Receita (a), (c) e (d)	10.150.605	293.354	10.443.959
Custo total	(8.908.398)	-	(8.908.398)
Lucro bruto	1.242.207	293.354	1.535.561
Despesa operacional	(826.003)	-	(826.003)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	416.204	293.354	709.558
Receitas financeiras	301.822	-	301.822
Despesas financeiras (e)	(492.582)	(635)	(493.217)
Resultado antes dos impostos	225.444	292.719	518.163
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	(89.295)	(64.386)	(153.681)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	11.474	(29.857)	(18.383)
Lucro líquido do período (f)	147.623	198.476	346.099
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,0626	0,0841	0,1467

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Jul a set/18	Ajustes	Jul a set/18 (Reapresentado)
Receita (a), (c) e (d)	3.695.899	220.015	3.915.914
Custo total	(3.344.604)	-	(3.344.604)
Lucro bruto	351.295	220.015	571.310
Despesa operacional	(260.707)	-	(260.707)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	90.588	220.015	310.603
Receitas financeiras	122.128	-	122.128
Despesas financeiras (e)	(182.830)	(635)	(183.465)
Resultado antes dos impostos	29.886	219.380	249.266
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	(29.318)	(48.011)	(77.329)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	18.883	(22.377)	(3.494)
Lucro líquido do período (f)	19.451	148.992	168.443
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,0082	0,0632	0,0714

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (f)	147.623	198.476	346.099
Resultado abrangente do período	147.623	198.476	346.099

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Jul a Set/2018	Ajustes	Jul a Set/2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (f)	19.451	148.992	168.443
Resultado abrangente do período	19.451	148.992	168.443

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período (f)	147.623	198.476	346.099
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Juros, variações monetárias e atualização do ativo financeiro da concessão (e)	404.942	635	405.577
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros (a)	(1.457.300)	(326.490)	(1.783.790)
Imposto de renda e contribuição social (b)	77.821	94.243	172.064
Outras Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa	922.242	-	922.242
	95.328	(33.136)	62.192
(Aumento) redução de ativos total	(829.093)	-	(829.093)
Aumento (redução) de passivos			
Impostos, taxas e contribuições (c)	(140.241)	30.200	(110.041)
Encargos regulatórios (d)	(47.220)	2.936	(44.284)
Outros aumento (redução) de passivos	(104.210)	-	(104.210)
	(291.671)	33.136	(258.535)
Juros pagos	(339.191)	-	(339.191)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(103.562)	-	(103.562)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.468.189)	-	(1.468.189)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(219.017)	-	(219.017)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.694.632	-	1.694.632
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.426	-	7.426
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	520.887	-	520.887
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	528.313	-	528.313

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

	Jan a Set/2018	Ajustes	Jan a Set/2018 (Reapresentado)
Valor adicionado bruto (a)	8.415.751	326.490	8.742.241
Retenções	(440.055)	-	(440.055)
Valor adicionado líquido	7.975.696	326.490	8.302.186
Valor adicionado recebido em transferência	301.822	-	301.822
Valor adicionado a distribuir	8.277.518	326.490	8.604.008
Distribuição do valor adicionado			
Empregados	794.610	-	794.610
Impostos, taxas e contribuições (b), (c) e (d)	6.765.541	127.379	6.892.920
Remuneração de capitais de terceiros (e)	569.744	635	570.379
Remuneração de capital próprio (f)	147.623	198.476	346.099
	8.277.518	326.4490	8.604.008

2.4. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e as informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2018:

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2017	30/09/2018	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informação Por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
13	12	Intangível
14	13	Fornecedores
15	14	Impostos, Taxas e Contribuições
16	15	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
17	16	Encargos Regulatórios
18	17	Obrigações Pós-Emprego
19	18	Provisões
20	19	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
21	20	Receita
22	21	Custos e Despesas Operacionais
23	22	Receitas e Despesas Financeiras
24	23	Transações com Partes Relacionadas
25	24	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
26	24	Mensuração Pelo Valor Justo
29	25	Reajuste Tarifário Anual
30	26	Transações Não Envolvendo Caixa
31	27	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto destas informações, são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das Concessões
27	Seguros
28	Obrigações Contratuais

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período de três meses findo em 30 de setembro de 2018, estão apresentadas nestas informações contábeis intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2018	31/12/2017
Contas bancárias	92.616	101.865
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários	434.311	355.854
Overnight	1.386	63.168
	435.697	419.022
	528.313	520.887

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 50% a 104% em 30 de setembro de 2018 (60% a 104,5% em 31 de dezembro 2017), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 6,39% a.a. em 30 de setembro de 2018 (6,89% a.a. em 31 de dezembro 2017).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 24.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários	193	874
Letras financeiras – bancos	3.235	84.555
Letras financeiras do tesouro	3.198	206.246
Debêntures	186	18.522
Outros	323	394
	7.135	310.591
Ativo circulante	6.147	302.298
Ativo não circulante	988	8.293

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 30 de setembro de 2018 (100,25% a 105,25% em 31 de dezembro 2017), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 111,25% do CDI em 30 de setembro de 2018 (102,01% a 112,00% do CDI em 31 de dezembro 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151,00% do CDI em 30 de setembro de 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 31 de dezembro 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 24. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de consumidor	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	Faturado	Não faturado			30/09/2018	31/12/2017
Residencial	660.624	283.425	462.686	204.763	1.611.498	1.444.364
Industrial	81.785	78.867	55.734	150.268	366.654	307.553
Comércio, serviços e outras	315.559	153.002	103.089	153.881	725.531	682.442
Rural	160.587	73.253	78.422	69.041	381.303	289.385
Poder público	83.297	29.318	33.850	129.550	276.015	222.586
Iluminação pública	14.329	30.323	4.832	3.935	53.419	45.565
Serviço público	79.627	27.425	8.007	16.193	131.252	108.820
Subtotal – consumidores	1.395.808	675.613	746.620	727.631	3.545.672	3.100.715
Concessionários – transporte de energia	76.251	149.489	9.580	85.574	320.894	264.362
Suprimento – energia de curto prazo	-	-	-	-	-	179.442
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(34.100)	(16.172)	(20.494)	(623.538)	(694.304)	(489.538)
	1.437.959	808.930	735.706	189.667	3.172.262	3.054.981
Ativo circulante						
Consumidores e revendedores					2.918.389	2.686.274
Concessionários – transporte de energia					181.943	124.951
Ativo não circulante						
Consumidores e revendedores					711	172.080
Concessionários – transporte de energia					71.219	71.676

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 24.

O ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2018	31/12/2017
Residencial	144.105	157.268
Industrial	139.924	113.385
Comércio, serviços e outras	178.176	109.959
Rural	31.951	15.664
Poder público	101.612	11.756
Iluminação pública	4.540	3.819
Serviço público	26.266	9.953
Concessionários – transporte de energia	67.730	67.734
	694.304	489.538

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689
Constituições, líquidas	174.726
Saldo em 30 de setembro de 2017	777.415
Saldo em 31 de dezembro de 2017	489.538
Constituições	227.436
Baixas	(22.670)
Saldo em 30 de setembro de 2018	694.304

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
ICMS a recuperar	34.725	38.504
Antecipação de ICMS - Decreto 47.488 (i)	698.563	-
COFINS	25.235	52.935
PIS-PASEP	5.838	11.495
Outros	256	3.074
	764.617	106.008
Não Circulante		
ICMS a recuperar	180.151	178.637
COFINS	-	2.483
PIS-PASEP	-	436
	180.151	181.556
	944.768	287.564

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

(i) Em 14 de setembro de 2018, foi emitido o Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais que estabeleceu que os pagamentos de ICMS relativos a novembro e dezembro de 2018 fossem recolhidos em 20 de setembro de 2018. O ICMS recolhido, no montante de R\$697.360, está sendo atualizado pela Selic até a data do pagamento do saldo remanescente e teve como referência para pagamento o percentual de 75% do valor recolhido pela Companhia em agosto de 2018. Até os dias 7 de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 serão pagos os valores remanescentes referentes aos valores do tributo efetivamente apurados em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, conforme previsto no Decreto.

O montante atualizado em 30 de setembro de 2018 é de R\$698.563.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Circulante		
Imposto de renda	80.481	114.383
Contribuição social	47.922	60.311
	128.403	174.694

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	282.270	353.697
Obrigações pós-emprego	809.573	782.461
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	256.229	186.528
Provisões para contingências	165.503	163.532
Taxa de administração	6.094	6.375
Outros	4.194	3.994
	1.523.863	1.496.587
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(209.116)	(214.645)
Encargos financeiros capitalizados	(167.427)	(165.582)
Custo de captação	(8.584)	(10.279)
	(385.127)	(390.506)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.138.736	1.106.081

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.002.236
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	245.677
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.247.913
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.106.081
Adoção inicial CPC 48 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	(18.383)
Saldo em 30 de setembro de 2018 (Reapresentado)	1.138.736

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Resultado antes dos impostos	518.163	(784.369)
Imposto de renda e contribuição social	(176.175)	266.685
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	12.963	-
Contribuições e doações indedutíveis	(1.496)	(1.651)
Multas indedutíveis	(7.963)	(9.967)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(9.229)
Outros	607	(161)
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(172.064)	245.677
Alíquota efetiva	33,21%	31,32%
Corrente	(153.681)	-
Diferido	(18.383)	245.677

	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017
Resultado antes dos impostos	249.266	(516.604)
Imposto de renda e contribuição social	(84.750)	175.645
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	7.014	(1.287)
Contribuições e doações indedutíveis	(649)	(563)
Multas indedutíveis	(1.589)	(1.644)
Excedente de reativos e ultrapassagem de demanda	-	(3.117)
Outros	(849)	(27)
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(80.823)	169.007
Alíquota efetiva	32,42%	32,72%
Corrente	(77.329)	61.188
Diferido	(3.494)	107.819

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhista	272.111	236.069
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	10.683	10.393
PIS-PASEP/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.139.292	1.110.376
IR/INSS indenização do anuênio (2)	195.799	191.553
Outros	34.596	37.233
	1.380.370	1.349.555
Outros		
Regulatório	19.478	27.346
Cível	5.555	10.279
Relações de consumo	4.121	3.934
Bloqueio judicial	6.341	8.290
Outros	17.623	14.939
	53.118	64.788
	1.705.599	1.650.412

(1) Os saldos de depósitos judiciais referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores. Ver detalhes na nota explicativa nº 14.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 18 – Provisões (indenização do anuênio)

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 30 de setembro de 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$705.730 (R\$621.731 em 30 de setembro de 2017). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$82.470 (R\$73.345 em 31 de dezembro 2017), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Ativos relacionados à infraestrutura (a)	393.137	369.762
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	1.246.131	369.010
	1.639.268	738.772
Ativo circulante	366.873	158.525
Ativo não circulante	1.272.395	580.247

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	41.383	414.800
Passivo circulante	-	414.800
Passivo não circulante	41.383	-

a) Ativos relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia está dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107
Transferências do ativo intangível	53.252
Baixas	(25)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	2.278
Saldo em 30 de setembro de 2017	271.612
Saldo em 31 de dezembro de 2017	369.762
Transferências do ativo intangível	19.696
Outras transferências	(51)
Baixas	(145)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	3.875
Saldo em 30 de setembro de 2018	393.137

b) Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas

entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2018 (Reapresentado)			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.916.374	2.437.573	4.353.947	381.588	2.330.978	2.712.566
Ativo circulante	1.916.374	825.428	2.741.802	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	-	1.612.145	1.612.145	-	951.816	951.816
Passivo	(1.847.178)	(1.302.021)	(3.149.199)	(796.388)	(1.961.968)	(2.758.356)
Passivo circulante	(1.805.795)	(569.134)	(2.374.929)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	(41.383)	(732.887)	(774.270)	-	(741.331)	(741.331)
Total circulante líquido	110.579	256.294	366.873	(414.800)	158.525	(256.275)
Total não circulante líquido	(41.383)	879.258	837.875	-	210.485	210.485
Total líquido	69.196	1.135.552	1.204.748	(414.800)	369.010	(45.790)

Os valores acima estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo da Companhia.

COMPONENTES FINANCEIROS	30/09/2018 (Reapresentado)			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	506	76.998	77.504	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	38.931	14.097	53.028	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	3.601	10.098	13.699	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	5.069	-	5.069	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(403.515)	(269.637)	(673.152)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	1.085.449	1.659.612	2.745.061	(90.616)	1.326.263	1.235.647
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(326.490)	(28.188)	(354.678)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	84.812	4.797	89.609	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(377.543)	(138.556)	(516.099)	(111.825)	-	(111.825)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(161.323)	(161.323)	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(41.624)	(32.346)	(73.970)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
TOTAL	69.196	1.135.552	1.204.748	(414.800)	369.010	(45.790)

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
Constituição líquida de passivos financeiros	222.233
Realização	(74.017)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(304.841)
Atualização Selic	(40.086)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(603.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.408.786
Realização	375.004
Outros – ressarcimento P & D	(114.782)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(453.650)
Atualização Selic	35.180
Saldo em 30 de setembro de 2018 (Reapresentado)	1.204.748

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a setembro de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$453.650 (R\$304.841 de janeiro a setembro de 2017) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	30/09/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	20.119.926	(8.399.714)	11.720.212	19.531.570	(7.906.693)	11.624.877
(-) Obrigações especiais	(3.985.208)	1.086.478	(2.898.730)	(3.850.998)	977.564	(2.873.434)
Ativos da concessão líquidos	16.134.718	(7.313.236)	8.821.482	15.680.572	(6.929.129)	8.751.443
Intangível em curso	582.690	-	582.690	585.043	-	585.043
Total do intangível	16.717.408	(7.313.236)	9.404.172	16.265.615	(6.929.129)	9.336.486

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.977.637
Adições	705.296
Transferências para o ativo financeiro	(53.252)
Baixa de obrigação especial (1)	17.069
Baixas	(9.106)
Amortização	(400.754)
Saldo em 30 de setembro de 2017	9.236.890
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.336.486
Adições	543.860
Transferências para o ativo financeiro	(19.696)
Outras transferências	346
Baixas	(16.769)
Amortização	(440.055)
Saldo em 30 de setembro de 2018	9.404.172

(1) A baixa de obrigação especial de restituição decorre dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período, no montante de R\$543.860, está contemplado R\$21.749 a título de encargos financeiros capitalizados (R\$54.937 de janeiro a setembro de 2017), conforme apresentado na nota explicativa nº 15.

Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade distribuição é de 3,85%. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, em 30 de setembro de 2018, o valor contábil bruto de R\$2.592.863 (R\$2.367.627 em 31 de dezembro de 2017), referente aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

13. FORNECEDORES

	30/09/2018	31/12/2017
Energia de curto prazo - CCEE	485.369	451.239
Encargos de uso da rede elétrica (1)	124.008	129.525
Energia elétrica comprada para revenda	681.008	498.408
Itaipu binacional	295.951	240.220
Materiais e serviços	244.716	335.990
	1.831.052	1.655.382

(1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS (i)	131.152	406.181
COFINS	105.152	74.403
PIS-PASEP	22.713	16.005
INSS	13.326	13.152
ISSQN	4.284	4.930
Outros	8.847	9.243
	285.474	523.914
Não circulante		
COFINS	21.067	19.910
PIS-PASEP	3.423	3.236
	24.490	23.146
	309.964	547.060
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PASEP/COFINS (ii)	1.114.802	1.087.230
	1.114.802	1.087.230

(i) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (ii) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 30 de setembro de 2018 esse passivo é de R\$1.114.802 (R\$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.139.292 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$24.490 (R\$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes desta questão.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2018						31/12/2017
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	4.196	28.435	32.631	22.933
Dívida em Moeda Estrangeira				4.196	28.435	32.631	22.933
Moeda Nacional							
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	19.402	483.125	502.527	500.193
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	14.184	23.460	37.644	49.789
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	2.476	2.380	4.856	4.304
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	22.239	604.394	626.633	626.667
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única	2019	151,00% do CDI	R\$	15.876	400.000	415.876	-
(-) FIC Pampulha (3)				-	(167)	(167)	-
(-) Custos de Transação				(396)	(14.350)	(14.746)	(17.581)
Dívida em Moeda Nacional				73.781	1.498.842	1.572.623	1.171.718
Total de Empréstimos e Financiamentos				77.977	1.527.277	1.605.254	1.194.651
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (4)	2018	CDI + 0,69%	R\$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	547.124	1.021.015	1.568.139	1.537.147
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	28.620	909.292	937.912	920.197
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (4)	2018	CDI + 4,05%	R\$	21.602	-	21.602	20.008
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	58.269	1.521.846	1.580.115	1.576.220
(-) Custos de Transação				(530)	(9.972)	(10.502)	(12.646)
Total de Debêntures				655.085	3.442.181	4.097.266	4.488.040
Total Geral				733.062	4.969.458	5.702.520	5.682.691

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$196.647, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$136.469. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPD+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPD+ 6%);

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 23;

(4) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação, e debêntures em tesouraria.

Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	4.196	-	-	-	-	-	28.435	-	32.631
Total por Moedas	4.196	-	-	-	-	-	28.435	-	32.631
Indexadores									
IPCA (1)	72.856	502.888	502.888	518.127	227.323	227.323	227.323	227.323	2.506.051
UFIR/RGR (2)	4.474	12.910	11.209	3.407	3.265	2.379	-	-	37.644
CDI (3)	46.246	582.117	364.568	729.136	1.424.519	-	-	-	3.146.586
IGP-DI (4)	2.079	437	437	517	554	554	278	-	4.856
Total por Indexadores	125.655	1.098.352	879.102	1.251.187	1.655.661	230.256	227.601	227.323	5.695.137
(-) Custos de Transação	-	(4.617)	(3.040)	(5.865)	(11.189)	(179)	(179)	(179)	(25.248)
Total Geral	129.851	1.093.735	876.062	1.245.322	1.644.472	230.077	255.857	227.144	5.702.520

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no período de janeiro a setembro de 2018 (%)	Variação acumulada no período de janeiro a setembro de 2017 (%)	Indexador	Variação acumulada no período de janeiro a setembro de 2018 (%)	Variação acumulada no período de janeiro a setembro de 2017 (%)
Dólar Norte-Americano	21,04	(2,80)	IPCA	3,34	1,78
Euro	17,26	8,86	CDI	4,81	8,03

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251
Variação monetária	48.768
Variação cambial	(1.482)
Encargos financeiros provisionados	457.372
Amortização do custo de transação	17.976
Encargos financeiros pagos	(310.558)
Amortização de empréstimos	(205.807)
Saldo em 30 de setembro de 2017	6.204.520
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.682.691
Empréstimos obtidos	400.000
Custos de transação	(4.140)
Empréstimos obtidos líquidos	395.860
Variação monetária	73.816
Variação cambial	6.957
Encargos financeiros provisionados	304.658
Amortização do custo de transação	9.124
Encargos financeiros pagos	(339.191)
Amortização de empréstimos	(431.228)
Subtotal	5.702.687
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(167)
Saldo em 30 de setembro de 2018	5.702.520

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins

de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia transferiu para o ativo intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Encargos de empréstimos e financiamentos	304.658	457.372
Encargos financeiros capitalizados no intangível (1)	(21.749)	(54.937)
Efeito líquido no resultado	282.909	402.435

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,60% a.a em 2018 (15,03% a.a. em 2017)

Garantias

Em 30 de setembro de 2018, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	2.526.264
Recebíveis	2.756.592
Ações	412.722
Sem garantia	6.942
TOTAL	5.702.520

Captações de recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (1)	maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
(-) Custos de transação				(4.140)
Total de captações				395.860

(1) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019. Os recursos líquidos oriundos da captação serão destinados para a recomposição do caixa da Companhia e reforço do seu capital de giro.

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros com medição semestral, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª emissão de debêntures	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
		7,5 em 31/12/2017	4,5 em 31/12/2017	
		7,5 em 30/06/2018	4,5 em 30/06/2018	
		4,5 em 31/12/2018	4,25 em 31/12/2018	
		3,8 em 30/06/2019	4,25 em 30/06/2019	
		3,8 em 31/12/2019	3,5 em 31/12/2019	
		3,3 em 30/06/2020	3,5 em 30/06/2020	
		3,3 em 31/12/2020	3,0 em 31/12/2020	
		3,3 em 30/06/2021	3,0 em 30/06/2021	
		3,3 em 31/12/2021 em diante	2,5 em 31/12/2021 em diante	
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a:	Manter índice igual ou maior a:	Semestral
		0,6x em 31/12/2017 em diante	0,6x em 31/12/2017 em diante	
9ª Emissão de Nota Promissória	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a:	Manter índice igual ou inferior a:	
		7,5 em 30/06/2018	4,5 em 30/06/2018	
		4,5 em 31/12/2018	4,25 em 31/12/2018	
			3,8 em 30/06/2019	3,25 em 30/06/2019
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a:	Manter índice igual ou maior a:	Semestral
		0,6x em 30/06/2018 em diante	0,6x em 30/06/2018 em diante	

As cédulas de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais, conforme descrito acima. A 5ª Emissão de debêntures e a 9ª Emissão de notas promissórias foram emitidas com exigibilidade de cumprimento dos Covenants.

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Passivo		
Eficiência energética	280.074	223.767
Pesquisa e desenvolvimento	67.503	84.385
Conta de desenvolvimento energético – CDE	83.871	154.383
Reserva global de reversão – RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	30.994	30.996
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.477	1.371
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	488.480	519.463
Passivo circulante	289.122	358.760
Passivo não circulante	199.358	160.703

17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
Despesa reconhecida no resultado	82.205	104.370	2.279	47.958	236.812
Contribuições pagas	(85.953)	(54.681)	(1.290)	(4.088)	(146.012)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2017	1.060.374	1.307.988	28.424	631.500	3.028.286
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.298.969	1.299.243	27.405	196.536	2.822.153
Despesa reconhecida no resultado	89.752	98.530	2.036	14.719	205.037
Contribuições pagas	(95.791)	(58.360)	(1.318)	(4.905)	(160.374)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2018	1.292.930	1.339.413	28.123	206.350	2.866.816
				30/09/2018	31/12/2017
Passivo circulante				173.494	166.525
Passivo não circulante				2.693.322	2.655.628

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$166.273 (R\$201.745 de janeiro a setembro de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$38.764 (R\$35.067 de janeiro a setembro de 2017).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui registrada uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$486.924 (R\$522.001 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de setembro de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$275.326 (R\$205.244 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6%

ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig D ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	384.247	54.296	(36.129)	(18.476)	383.938
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	13.279	(361)	(12.190)	18.336
Outras ações cíveis	41.896	4.772	(12.680)	(4.772)	29.216
	59.504	18.051	(13.041)	(16.962)	47.552
Tributárias	5.000	310	(2.955)	(310)	2.045
Ambientais	2	1.115	-	(1)	1.116
Regulatórias	23.647	8.472	-	(334)	31.785
Outras	8.577	632	(1.689)	(631)	6.889
Total	480.977	82.876	(53.814)	(36.714)	473.325

	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	266.119	160.084	(331)	(34.312)	391.560
Cíveis					
Relações de consumo	13.307	11.839	(1.295)	(11.839)	12.012
Outras ações cíveis	36.842	7.068	-	(4.226)	39.684
	50.149	18.907	(1.295)	(16.065)	51.696
Tributárias	3.674	1.794	-	(331)	5.137
Regulatórias	21.435	265	(9.566)	(265)	11.869
Outras	6.137	3.024	-	(2.151)	7.010
Total	347.514	184.074	(11.192)	(53.124)	467.272

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intemediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.553.018 (R\$1.612.569 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$383.938 (R\$384.247 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$51.482 (R\$39.431 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$18.336 (R\$17.608 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$194.255 (R\$181.805 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$29.216 (R\$41.896 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$38.192 (R\$34.646 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$2.045 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$182.460 (R\$151.977 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$31.785 (R\$23.647 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$108.977 (R\$109.717 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$8.005 (R\$8.579 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$195.799 (R\$191.553 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$214.928 (R\$222.862 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação,

auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$824.603 (R\$949.092 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$33.607 (R\$79.597 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$221.064 (R\$200.496 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$34.344 (R\$30.163 em 31 de dezembro de 2017).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$296.500 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$284.810 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$88.028 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do período	346.099	(538.692)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,1467	(0,2283)

	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do período	168.443	(347.597)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0714	0,1473

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído é igual ao resultado básico.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$2.750.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária. Até 30 de setembro de 2018 o montante total repassado, na forma de AFAC, foi de R\$2.600.000.

Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego. Consistem em ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Reservas de lucros

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	30/09/2018	31/12/2017
Reservas de Lucros		
Reserva legal	224.986	224.986
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	8.649	8.649
Reserva de retenção de lucros	158.862	158.862
	392.497	392.497

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 30 de setembro de 2018 é de R\$8.649 (R\$8.649 em 31 de dezembro de 2017).

20. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	12.972.722	12.068.941
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	1.436.725	1.254.063
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	1.783.790	148.216
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	543.860	705.296
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	3.875	2.278
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(31.596)	-
Outras receitas operacionais (f)	1.006.978	872.259
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(7.272.395)	(6.769.342)
	10.443.959	8.281.711

	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos (a)	5.052.187	3.884.786
Receita de uso da rede – consumidores livres (b)	611.597	339.409
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	633.118	480.112
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	182.368	284.184
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	809	767
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(5.916)	-
Outras receitas operacionais (f)	320.448	299.131
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.878.697)	(2.626.444)
	3.915.914	2.661.945

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Residencial	7.648.175	7.489.980	6.268.431	5.797.316
Industrial	1.903.035	1.946.887	1.156.822	1.114.008
Comércio, serviços e outros	3.846.636	3.939.526	2.855.522	2.799.882
Rural	2.776.899	2.769.082	1.325.375	1.203.749
Poder público	641.551	644.621	409.581	389.945
Iluminação pública	1.038.236	1.030.199	424.413	397.147
Serviço público	977.151	977.757	463.169	430.943
Subtotal	18.831.683	18.798.052	12.903.313	12.132.990
Consumo próprio	33.083	26.946	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	69.409	(64.049)
Total	18.864.766	18.824.998	12.972.722	12.068.941

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Residencial	2.497.296	2.456.908	2.402.379	1.878.293
Industrial	664.027	649.318	475.463	359.602
Comércio, serviços e outros	1.200.528	1.207.847	1.062.713	835.261
Rural	1.056.947	1.020.557	577.305	424.904
Poder público	207.162	207.967	157.262	120.600
Iluminação pública	349.429	354.299	172.248	132.691
Serviço público	323.919	338.415	186.888	144.189
Subtotal	6.299.308	6.235.311	5.034.258	3.895.540
Consumo próprio	9.602	8.896	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	17.929	(10.754)
Total	6.308.910	6.244.207	5.052.187	3.884.786

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede – consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão.

Mais detalhes nas notas nº 12 e 21 das informações contábeis intermediárias.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Serviço taxado	9.543	7.723
Outras prestações de serviços	15.001	7.790
Subvenções (1)	823.965	765.320
Aluguel e arrendamento	70.576	90.338
Transações na CCEE	986	-
Ressarcimento de energia descontratada (2)	84.092	-
Outras	2.815	1.088
	1.006.978	872.259

	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Serviço Taxado	3.743	3.124
Outras Prestações de Serviços	5.154	3.183
Subvenções (1)	287.593	262.300
Aluguel e Arrendamento	23.823	30.452
Outras	135	72
	320.448	299.131

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás;

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor será liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
Impostos sobre a receita		
ICMS	3.478.123	3.803.819
PIS-PASEP	283.164	237.116
COFINS	1.304.216	1.092.167
ISSQN	720	360
	5.066.223	5.133.462
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	48.329	37.422
Conta de desenvolvimento energético-CDE	1.722.223	1.290.737
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	19.331	14.969
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	19.331	14.969
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	9.667	7.485
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	374.481	258.060
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	12.810	12.238
	2.206.172	1.635.880
	7.272.395	6.769.342

	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.358.341	1.570.523
PIS-PASEP	109.570	82.709
COFINS	504.685	380.958
ISSQN	173	132
	1.972.769	2.034.322
Encargos do Consumidor		
Programa de eficiência energética-PEE	18.485	11.732
Conta de desenvolvimento energético-CDE	615.124	462.939
Pesquisa e desenvolvimento-P&D	7.393	4.693
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	7.393	4.693
Pesquisa expansão sistema energético-EPE	3.698	2.347
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	249.422	101.625
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	4.413	4.093
	905.928	592.122
	2.878.697	2.626.444

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Pessoal	669.637	877.192
Participação de empregados e administradores no resultado	12.674	18.131
Obrigações pós-emprego	166.273	201.745
Materiais	38.542	32.089
Serviços de terceiros (a)	619.133	550.614
Energia elétrica comprada para revenda (b)	5.696.990	4.717.386
Amortização	440.055	400.754
Provisões operacionais (c)	251.112	347.608
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.119.124	661.101
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (d)	543.860	705.296
Outras despesas líquidas (e)	177.001	240.404
	9.734.401	8.752.320

	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Pessoal	209.331	233.255
Participação de empregados e administradores no resultado	-	491
Obrigações pós-emprego	53.604	69.941
Materiais	11.667	12.036
Serviços de terceiros (a)	208.554	189.677
Energia elétrica comprada para revenda (b)	2.284.594	1.662.921
Amortização	147.815	137.703
Provisões operacionais (c)	102.524	54.565
Encargos de uso da rede básica de transmissão	338.539	346.837
Custo de construção de infraestrutura de distribuição (d)	182.368	284.184
Outras despesas líquidas (e)	66.315	101.285
	3.605.311	3.092.895

Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018 e prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa

correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

No período de janeiro a setembro de 2018 o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$17.114, correspondente à adesão de 108 empregados.

No período de janeiro a setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$147.575, correspondente à adesão de 908 empregados.

a) Serviços de terceiros

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Leitura de medidores e entrega de contas	97.815	106.479
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	203.673	158.145
Comunicação	48.498	52.498
Conservação e limpeza de prédios	58.910	56.235
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	24.322	8.568
Corte e religação	37.847	23.528
Podas de árvores	17.137	14.719
Serviços advocatícios e custas processuais	13.692	10.852
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.795	1.948
Serviços de tecnologia da informação	24.725	26.757
Mão de obra contratada	9.849	5.431
Hospedagem e alimentação	6.130	7.115
Vigilância	7.218	6.611
Impressão de fatura de energia elétrica	1.432	2.011
Manutenção e conservação de veículos	1.332	1.228
Reprografia e publicações legais	12.758	15.129
Consultoria	2.819	4.687
Despesas com transporte - pessoa jurídica	3.461	10.660
Fretes e Passagens	1.956	1.966
Outros	43.764	36.047
	619.133	550.614

	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Leitura de medidores e entrega de contas	33.279	35.364
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	60.110	50.906
Comunicação	14.210	16.370
Conservação e limpeza de prédios	21.460	19.831
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	12.787	5.252
Corte e religação	15.122	11.196
Podas de árvores	7.220	5.752
Serviços advocatícios e custas processuais	4.473	3.403
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	792	692
Serviços de tecnologia da informação	7.974	8.863
Mão de obra contratada	3.796	2.753
Hospedagem e alimentação	2.120	2.462
Vigilância	2.540	2.175
Impressão de fatura de energia elétrica	443	576
Manutenção e conservação de veículos	444	417
Reprografia e publicações legais	5.239	6.197
Consultoria	8	1.899
Despesas com transporte - pessoa jurídica	3.461	2.367
Fretes e Passagens	614	758
Outros	12.462	12.444
	208.554	189.677

b) Energia elétrica comprada para revenda

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Energia de Itaipu binacional	1.007.675	933.603
Contratos por cotas de garantia física	520.033	371.607
Cotas das usinas de Angra I e II	200.135	182.832
Energia de curto prazo	1.404.460	1.024.231
Contratos bilaterais	218.952	217.944
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	2.581.633	2.227.230
PROINFA	239.544	225.965
Geração distribuída	62.850	6.979
Créditos de PASEP/COFINS	(538.292)	(473.005)
	5.696.990	4.717.386

	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Energia de Itaipu binacional	374.255	316.786
Contratos por cotas de garantia física	189.251	128.569
Cotas das usinas de Angra I e II	66.712	60.944
Energia de curto prazo	596.536	336.398
Contratos bilaterais	73.813	73.726
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.085.207	835.259
PROINFA	79.848	75.321
Geração distribuída	24.354	2.807
Créditos de PASEP/COFINS	(205.382)	(166.889)
	2.284.594	1.662.921

c) Provisões (reversões) operacionais

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	227.436	174.726
Perda estimada para outros créditos a receber (1)	(5.386)	-
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	18.167	159.753
Cíveis	5.010	17.612
Tributárias	(2.645)	1.794
Ambientais	1.115	2
Regulatórias	8.472	(9.301)
Outras	(1.057)	3.022
	29.062	172.882
	251.112	347.608

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	60.244	33.961
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	45.261	8.794
Cíveis	(6.032)	8.136
Tributárias	208	799
Ambientais	1.113	2
Regulatórias	2.249	1.976
Outras	(519)	897
	42.280	20.604
	102.524	54.565

d) Custo de construção de infraestrutura de distribuição

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Pessoal	44.736	37.620
Materiais	221.040	328.722
Serviços de terceiros	247.237	275.167
Encargos financeiros	21.749	54.937
Aquisição de imóveis e instalações	1.738	1.707
Arrendamentos e aluguéis	(387)	926
Impostos e taxas	487	223
Outros	7.260	5.994
	543.860	705.296

	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Pessoal	15.869	14.032
Materiais	72.436	149.303
Serviços de terceiros	85.354	100.142
Encargos financeiros	6.642	15.988
Aquisição de imóveis e instalações	153	(48)
Arrendamentos e aluguéis	3	255
Impostos e taxas	244	96
Outros	1.667	4.416
	182.368	284.184

e) Outras despesas operacionais líquidas

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Arrendamentos e aluguéis	52.973	53.232
Propaganda e publicidade	3.489	11.796
Consumo próprio de energia elétrica	20.453	15.581
Subvenções e doações	9.050	7.503
Anuidade CCEE	2.454	3.007
Seguros	1.430	1.748
Forluz – custeio administrativo	15.415	14.280
Prejuízo líquido na desativação e alienação de bens	12.921	40.015
Agentes arrecadadores	56.558	52.664
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	24.755
Impostos e taxas	5.827	3.868
Outras despesas (recuperação de despesas)	(3.569)	11.955
	177.001	240.404

	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017
Arrendamentos e aluguéis	17.527	21.322
Propaganda e publicidade	1.269	4.205
Consumo próprio de energia elétrica	6.978	4.768
Subvenções e doações	4.468	2.558
Anuidade CCEE	783	954
Seguros	369	608
Forluz – custeio administrativo	4.894	4.789
Prejuízo líquido na desativação e alienação de bens	5.903	37.377
Agentes arrecadadores	21.160	17.377
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	3.895
Impostos e taxas	510	352
Outras despesas (recuperação de despesas)	2.454	3.080
	66.315	101.285

(1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	12.652	57.006
Acréscimos moratórios de contas de energia	249.070	186.043
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	-	1.565
Variações cambiais de Itaipu	-	18.521
Variações monetárias	5.132	16.569
Variação monetária depósitos judiciais	3.722	27.117
Variação monetária – CVA	35.180	-
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(20.195)	(19.755)
Outras	16.261	15.661
	301.822	302.727
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(282.909)	(402.435)
Amortização do custo de transação	(9.124)	(17.976)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(38.764)	(35.067)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(6.957)	(83)
Variações cambiais de Itaipu	(44.283)	(11.787)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(73.816)	(48.768)
Variação monetária – CVA	-	(40.086)
Variação monetária de P&D e PEE	(13.274)	(19.101)
Outras	(24.090)	(41.184)
	(493.217)	(616.487)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(191.395)	(313.760)

	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	3.678	17.620
Acréscimos moratórios de contas de energia	87.909	53.385
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	-	(5.364)
Variações cambiais de Itaipu	-	7.883
Variações monetárias	1.025	8.302
Variação monetária depósitos judiciais	3.722	13.664
Variação monetária – CVA	23.894	-
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	(7.302)	(6.230)
Outras	9.202	8.040
	122.128	97.300
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e financiamentos	(99.708)	(121.927)
Amortização do custo de transação	(3.382)	(5.840)
Encargos de variação monetária – FORLUZ	(14.741)	(8.997)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(1.032)	6.257
Variações cambiais de Itaipu	(20.555)	(262)
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(30.237)	(3.689)
Variação monetária – CVA	-	(12.006)
Variação monetária de P&D e PEE	(4.792)	(5.985)
Outras	(9.018)	(30.505)
	(183.465)	(182.954)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(61.337)	(85.654)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	203.866	54.926	-	-	120.505	101.085	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	1.220	-	-	-	-	-	-
ICMS – Antecipação (2)	698.563	-	-	-	1.203	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	10.836	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	-	1.119	-	-	-	-	-	-
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	13.244	21.738	-	-	(36.986)	(15.532)
Prestação de Serviço (4)	3.653	7.365	4.601	2.547	-	-	(12.591)	-
Operações com Energia Elétrica (5)	514	256	-	-	1.569	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	-	-	-	-	(663)	(5.132)
Operações com Energia Elétrica (5)	1.347	3.464	24.335	24.020	19.060	31.452	(184.921)	(151.226)
Mútuo Partes Relacionadas (6)	-	-	631.752	-	-	-	(1.752)	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.143	7.105	24.318	-	(58.308)	(49.892)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	-	16.369	-	-	-	(124.524)
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	42.046	-	-	-	886	-	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	14.015	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	6.144	3.640	-	-	(146.930)	(89.256)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	939	858	-	-	(5.603)	(5.379)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.081	8.500	-	-	(71.199)	(61.553)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	1.315	2.157	-	-	(12.449)	(12.291)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	256	-	-	731	2.492	-	-
Prestação de Serviço (8)	-	7.365	-	590	3.618	-	(1.788)	(15.865)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviço (9)	-	-	1.474	2.322	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	1.386	72.653	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.823	301.717	-	-	211	7.947	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	962	8.293	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota 15)	(167)	-	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017	Jan a Set/18	Jan a Set/17	Jan a Set/18	Jan a Set/17
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	87.428	78.855	-	-	(89.752)	(82.205)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (11)	-	-	-	-	-	-	(36.493)	(41.597)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(15.415)	(14.280)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	1.329	2.909	-	-	(22.474)	(28.617)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (10)	-	-	1.205.502	1.220.114	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	79.059	81.965	-	-	(100.566)	(106.649)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	1.288.477	1.244.683	-	-	-	-

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017. O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017 e as demais, das quais 06 (seis) encontram-se vencidas em 30 de setembro de 2018, possuem vencimento até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência;
- Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais (vide nota explicativa nº 7);
- Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Em 31/03/2018 ocorreu a incorporação da Cemig Telecomunicações pela Cemig Holding, os valores referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016. O período comparativo de 31/12/2017 dessas transações, encontram-se abaixo no quadro, na linha da Cemig Telecomunicações;
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Cemig GT no montante de R\$630.000 a ser liquidado em duas parcelas com vencimento em novembro e dezembro de 2018, respectivamente, acrescido de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig D uma Nota Promissória no valor global de R\$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 104 dias de vigência do contrato. O mútuo teve anuidade da Aneel;
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 30/09/2018 é de R\$56.061;
- Período comparativo de 31/12/2017 referente à prestação de serviços, celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016, agora apresentado na linha da Cemig Holding em decorrência da incorporação da Cemig Telecomunicações pela Cemig Holding ocorrida em 31/03/2018;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 17);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 17).

a) Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2018	31/12/2017
				Cemig D 0,32% (1)	Cemig D 19,90% (1)
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	5.092
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	33	2.005
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	17	992
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	16	934
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	23	3.983
				89	13.006

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017
Remuneração	9.361	4.184
Participação nos resultados	1.974	-
Benefícios assistenciais	1.057	348
Total	12.392	4.532

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30 de setembro de 2018 (Reapresentado)		31 de dezembro de 2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	2	435.697	435.697	419.022	419.022
Títulos e valores mobiliários – aplicações financeiras	2	3.173	3.173	14.335	14.335
Consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia	2	2.957.560	2.957.560	2.949.706	2.949.706
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	214.702	214.702	105.275	105.275
Fundos vinculados	2	281	281	86	86
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)	2	2.050	2.050	2.339	2.339
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.246.131	1.246.131	369.010	369.010
Reembolso de subsídios tarifários	2	82.470	82.470	73.345	73.345
Subvenção baixa renda	2	28.237	28.237	26.660	26.660
Depósitos vinculados a litígios	2	1.705.599	1.705.599	1.650.412	1.650.412
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada	2	56.061	56.061	-	-
		6.731.961	6.731.961	5.610.190	5.610.190
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	874	874
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	1.392	1.392	206.246	206.246
Letras financeiras - bancos	2	2.511	2.511	80.833	80.833
Debêntures	2	59	59	8.303	8.303
		3.962	3.962	296.256	296.256
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	393.137	393.137	369.762	369.762
		397.099	397.099	666.018	666.018
		7.129.060	7.129.060	6.276.208	6.276.208
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.702.520)	(5.702.520)	(5.682.691)	(5.682.691)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(486.924)	(486.924)	(522.001)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2	(275.326)	(275.326)	(205.244)	(205.244)
Passivos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(41.383)	(41.383)	(414.800)	(414.800)
Plano de regularização de créditos tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	2	-	-	(282.876)	(282.876)
Valores a pagar a partes relacionadas	2	(631.752)	(631.752)	-	-
Fornecedores	2	(1.831.052)	(1.831.052)	(1.655.382)	(1.655.382)
		(8.968.957)	(8.968.957)	(8.762.994)	(8.762.994)

(1) Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem

transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 147,08% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 5,10%, CDI + 3,02% a CDI + 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/09/2018		31/12/2017	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (<i>nota 15</i>)	8.150	32.631	6.493	22.933
Fornecedores - Itaipu binacional (<i>nota 13</i>)	73.916	295.951	72.618	240.220
Passivo líquido exposto	82.066	328.582	79.111	263.153

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real em 30 de setembro de 2019 será uma desvalorização de 6,19% (R\$3,7560). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 30/09/2018	Cenário dólar R\$3,7560	Cenário dólar R\$4,6950	Cenário dólar R\$5,6340
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (<i>nota 15</i>)	32.631	30.611	38.264	45.917
Fornecedores - Itaipu binacional (<i>nota 13</i>)	295.951	277.627	347.034	416.441
Passivo líquido exposto	328.582	308.238	385.298	462.358
Efeito líquido da variação cambial		(20.344)	56.716	133.776

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às taxas de juros nacionais	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Ativos		
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	435.697	419.022
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	7.135	310.591
CVA e outros componentes financeiros (nota 11)	1.246.131	369.010
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada (nota 23)	56.061	-
	<u>1.745.024</u>	<u>1.098.623</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos - CDI (nota 15)	(3.146.586)	(3.178.548)
CVA e outros componentes financeiros (nota 11)	(41.383)	(414.800)
Valores a pagar a partes relacionadas – CDI (nota 23)	(631.752)	-
Plano de regularização de créditos tributários - PRCT (nota 14)	-	(282.876)
	<u>(3.819.721)</u>	<u>(3.876.224)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(2.074.697)</u>	<u>(2.777.601)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2019, a taxa SELIC será de 7,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais – (Reapresentado)	30/09/2018	30 de setembro de 2019		
	Valor contábil	Cenário SELIC 7,00%	Cenário SELIC 8,75%	Cenário SELIC 10,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras (nota 4)	435.697	466.196	473.820	481.445
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	7.135	7.634	7.759	7.884
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 11)	1.246.131	1.333.360	1.355.167	1.376.975
Valores a receber de partes relacionadas – ressarcimento de energia descontratada - SELIC (nota 23)	56.061	59.985	60.966	61.947
	<u>1.745.024</u>	<u>1.867.175</u>	<u>1.897.712</u>	<u>1.928.251</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – CDI (nota 15)	(3.146.586)	(3.366.847)	(3.421.912)	(3.476.978)
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 11)	(41.383)	(44.280)	(45.004)	(45.728)
Valores a pagar a partes relacionadas – CDI (nota 23)	(631.752)	(675.975)	(687.030)	(698.086)
	<u>(3.819.721)</u>	<u>(4.087.102)</u>	<u>(4.153.946)</u>	<u>(4.220.792)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(2.074.697)</u>	<u>(2.219.927)</u>	<u>(2.256.234)</u>	<u>(2.292.541)</u>
Efeito líquido da variação das taxas de juros		<u>(145.230)</u>	<u>(181.537)</u>	<u>(217.844)</u>

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de setembro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/09/2018	31/12/2017
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura – IPCA (*)	359.258	110.832
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	216.752	107.614
	576.010	218.446
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.506.051)	(2.457.344)
Dívida pactuada c/fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(486.924)	(522.001)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(275.326)	(205.244)
	(3.268.301)	(3.184.589)
Passivo líquido exposto	(2.692.291)	(2.966.143)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2019, o IPCA será de 4,0738% e o IGP-M de 4,2668%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - elevação da inflação	30/09/2018	30 de setembro de 2019		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,0738% IGPM 4,2668%	Cenário IPCA 5,09% IGPM 5,33%	Cenário IPCA 6,11% IGPM 6,40%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura – IPCA (*)	359.258	373.893	377.544	381.209
Contas a receber do Estado de Minas Gerais – IGP-M	216.752	226.000	228.305	230.624
	576.010	599.893	605.849	611.833
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures – IPCA (nota 15)	(2.506.051)	(2.608.143)	(2.633.609)	(2.659.171)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA (nota 17)	(486.924)	(506.760)	(511.708)	(516.675)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA (nota 17)	(275.326)	(286.542)	(289.340)	(292.148)
	(3.268.301)	(3.401.445)	(3.434.657)	(3.467.994)
Passivo líquido exposto	(2.692.291)	(2.801.552)	(2.828.808)	(2.856.161)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(109.261)	(136.517)	(163.870)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Cemig estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25.752	67.731	947.732	5.873.965	1.013.849	7.929.029
Valores a pagar a partes relacionadas	-	640.371	-	-	-	640.371
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ)	8.322	16.709	76.659	455.427	95.882	652.999
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	2.551	5.126	23.500	139.536	369.155	539.868
	36.625	729.937	1.047.891	6.468.928	1.478.886	9.762.267
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.672.790	151.105	7.157	-	-	1.831.052
	1.709.415	881.042	1.055.048	6.468.928	1.478.886	11.593.319

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 30 de setembro de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$694.304.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) *
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu

descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	30/09/2018 (Reapresentado)	31/12/2017
Total do passivo	14.122.145	13.910.318
Caixa e equivalentes de caixa	(528.313)	(520.887)
Fundos vinculados	(281)	(86)
Passivo líquido	13.593.551	13.389.345
Total do patrimônio líquido	5.084.333	3.737.310
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	<u>2,67</u>	<u>3,58</u>

25. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA DA COMPANHIA

Em 28 de maio de 2018, a ANEEL homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário de 23,19%, devendo ser ressaltado que o percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 4,30%. O percentual remanescente, de 18,89%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 9,00% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia e encargos de transmissão, e; (ii) 9,89% referente outros itens financeiros componentes da tarifa.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2018 até 27 de maio de 2019.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, a Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$21.749 e R\$54.937, respectivamente. Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento da primeira parcela do mútuo obtido da Cemig GT

Em 20 de novembro de 2018, a Companhia realizou o pagamento do valor de R\$486 milhões, referente à primeira parcela de principal e juros do mútuo obtido da Cemig GT, em 18 de setembro de 2018, no valor de R\$630 milhões.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

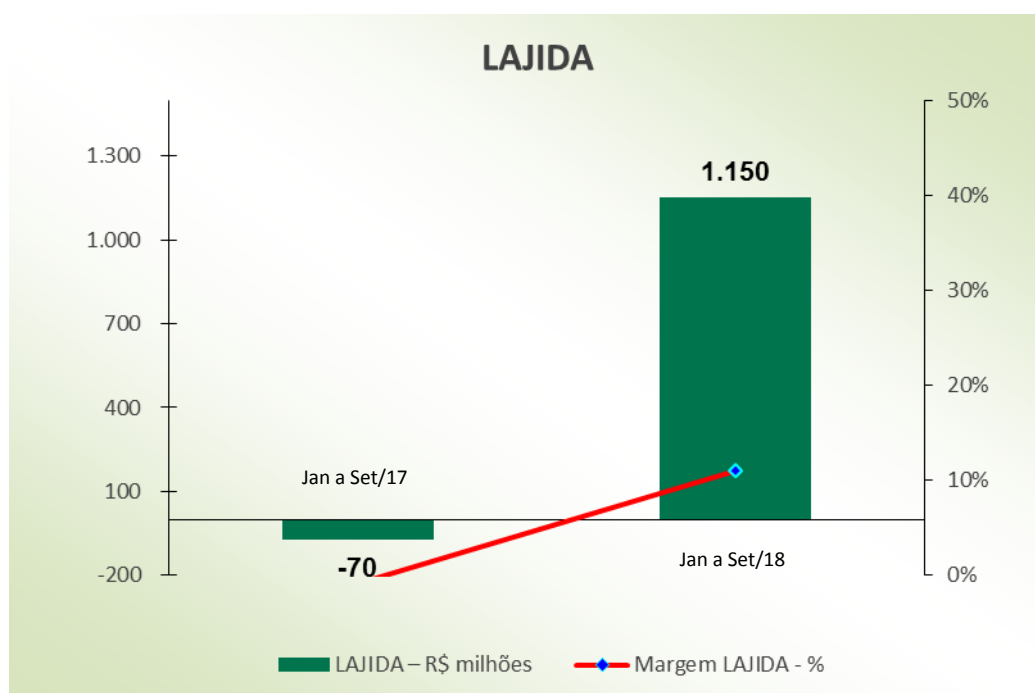
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a setembro de 2018, lucro líquido de R\$346.099 em comparação ao prejuízo líquido de R\$538.692 no mesmo período de 2017. As principais variações na comparação dos resultados dos primeiros nove meses de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA – R\$ mil	Jan a Set/2018 (Reapresentado)	Jan a Set/2017	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	346.099	(538.692)	-
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	172.064	(245.677)	-
+ Resultado financeiro líquido	191.395	313.760	(39,00)
+ Amortização	440.055	400.754	9,81
= LAJIDA	1.149.613	(69.855)	-



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017 deve-se, principalmente, ao aumento de 26,11% na receita líquida, sendo

que os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento menor, de 11,29%, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

A margem do LAJIDA passou de 0,85% negativos no período de janeiro a setembro de 2017 para 11,01% positivos no mesmo período de 2018.

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$12.972.722 no período de janeiro a setembro de 2018, em comparação a R\$12.068.941 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 7,49%. Os principais impactos na receita, no período de janeiro a setembro de 2018, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	Jan a Set/2018	Jan a Set/2017	Var %
Residencial	7.648.175	7.489.980	2,11
Industrial	1.903.035	1.946.887	(2,25)
Comércio, serviços e outros	3.846.636	3.939.526	(2,36)
Rural	2.776.899	2.769.082	0,28
Poder público	641.551	644.621	(0,48)
Iluminação pública	1.038.236	1.030.199	0,78
Serviço público	977.151	977.757	(0,06)
Total	18.831.683	18.798.052	0,18

Destaca-se o crescimento de 2,11% na quantidade de energia vendida para o setor residencial, principalmente em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

Em contrapartida, verificou-se a redução de 2,25% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função de: (a) desligamento de unidades consumidoras, (b) migração de consumidores cativos para o ambiente livre e (c) queda no consumo devido à greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio de 2018.

Verificou-se, ainda, a redução de 2,36% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial, principalmente, em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a setembro de 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.436.725 comparada a R\$1.254.063 no

mesmo período de 2017, o que representou crescimento de 14,57%. Esta variação decorre de:

- aumento de aproximadamente 36% ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018, parcialmente compensado pela redução de aproximadamente 40% da TUSD consumidores livres, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- crescimento no uso da rede (MWh) e na demanda faturada (MW); e
- aumento no número de instalações de CUSD faturadas.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No período de janeiro a setembro de 2018 foram reconhecidos valores a serem repassados à Companhia no montante de R\$1.783.790, em comparação a valores a serem repassados de R\$148.216 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 20 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$543.860 no período de janeiro a setembro de 2018, comparados a R\$705.296 no mesmo período de 2017, redução de 22,89%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$7.272.393 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$6.769.342 no mesmo período de 2017 representando um aumento de 7,43% decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.722.223 período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$1.290.737 no período de janeiro a setembro de 2017. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas em função da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$374.481 no período de janeiro a setembro de 2018, em comparação a R\$258.060 no mesmo período de 2017, uma variação de 45,11%.

Este resultado decorre do maior acionamento da bandeira vermelha em 2018, na comparação com o ano anterior, em função da redução do nível dos reservatórios e menor expectativa de chuvas.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$9.734.403 no período de janeiro a setembro de 2018, comparados a R\$8.752.320 no mesmo período de 2017, representando um crescimento de 11,22%.

Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias. As principais variações estão descritas a seguir:

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$669.637 período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$877.192 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 23,66%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$17.114 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a R\$147.575 no mesmo período de 2017;

- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- redução de 12,40% no número médio de empregados sendo 4.380 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a 5.000 no mesmo período de 2017.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$5.696.990 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$4.717.386 no mesmo período de 2017, uma variação de 20,77%. Esta variação se explica, principalmente, pelos fatos abaixo:

- aumento de 10,99% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD (R\$332,34/MWh no período de janeiro a setembro de 2018 comparado a R\$299,42/MWh no mesmo período de 2017) com impacto direto no preço da energia elétrica de curto prazo;
- aumento de 15,91% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado que foi de R\$2.581.633 no período de janeiro a setembro de 2018 comparado a R\$2.227.230 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento das despesas da energia proveniente das cessões do MCSD (mecanismo de compensação de sobras e déficits) que representou um incremento de R\$410.948 na despesa do período de janeiro a setembro de 2018, parcialmente compensado pela redução de energia verificada nos contratos por quantidade e por disponibilidade (13.128.621 MWh no período de janeiro a setembro de 2018 e 19.434.006 MWh no mesmo período de 2017);
- aumento de 39,94% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$520.033 no período de janeiro a setembro de 2018 comparado a R\$371.607 no mesmo período de 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 48,14% nas tarifas médias de cotas sendo R\$89,18/MWh no período de janeiro a setembro de 2018 e R\$60,20/MWh no mesmo período de 2017, parcialmente compensado pela redução de 9,37% na quantidade de energia comprada (5.625.656 MWh no período de janeiro a setembro de 2018 e 6.207.148 MWh no mesmo período de 2017).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.119.124 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$661.101 no mesmo período de 2017, representando um crescimento de 69,28%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo

os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL. O aumento nos valores em 2018 deve-se ao aumento dos custos de transmissão relacionados ao pagamento das indenizações de transmissão aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$251.112 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$347.608 no mesmo período de 2017.

Destaca-se a variação das despesas para provisões de contingências trabalhistas, que representou uma despesa no montante de R\$18.167 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação à despesa no montante de R\$159.753 no período de janeiro a setembro de 2017, representado uma redução de 88,63%.

Este resultado decorre de decisões favoráveis à Companhia, tendo sido julgadas improcedentes algumas reivindicações dos reclamantes. Mais informações na nota explicativa nº 18.

Em contrapartida, ocorreu um crescimento nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$227.436 no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação às perdas estimadas de R\$174.726 no mesmo período de 2017. Este crescimento decorre basicamente do reconhecimento de perdas estimadas em 2018 relacionadas a faturas em atraso do Poder Público.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a setembro de 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$191.395 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$313.760 no mesmo período de 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 29,70% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$282.909 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$402.435 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, principal indexador da dívida, de 4,81% no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação a 8,03% no mesmo período de 2017;
- aumento de 33,88% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$249.070 no período de janeiro a setembro de 2018 comparado a R\$186.043 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito do poder público estadual, com reconhecimento de juros e atualização monetária;

- redução de 77,81% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$12.652 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$57.006 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de recursos aplicados em 2018 e redução da taxa média CDI, que foi de 4,81% no período de janeiro a setembro de 2018 e 8,03% no mesmo período de 2017;
- variação do resultado líquido de variação cambial, sendo despesa líquida de R\$51.240 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a uma receita líquida de R\$8.216 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, substancialmente, da valorização de 21,04% do dólar norte-americano em relação ao Real no período de janeiro a setembro de 2018 em comparação à desvalorização de 2,80% no mesmo período de 2017;
- aumento de 51,36% das despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos, sendo R\$73.816 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a R\$48.768 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da variação de 87,64% do IPCA (3,34% no período de janeiro a setembro de 2018 e 1,78% no mesmo período de 2017);
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$35.180 no período de janeiro a setembro de 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$40.086 no mesmo período de 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos de janeiro a setembro de 2018 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 22 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a setembro de 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$172.064 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$518.163. No período de janeiro a setembro 2017 a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$245.677 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$784.369.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c destas informações contábeis intermediárias.

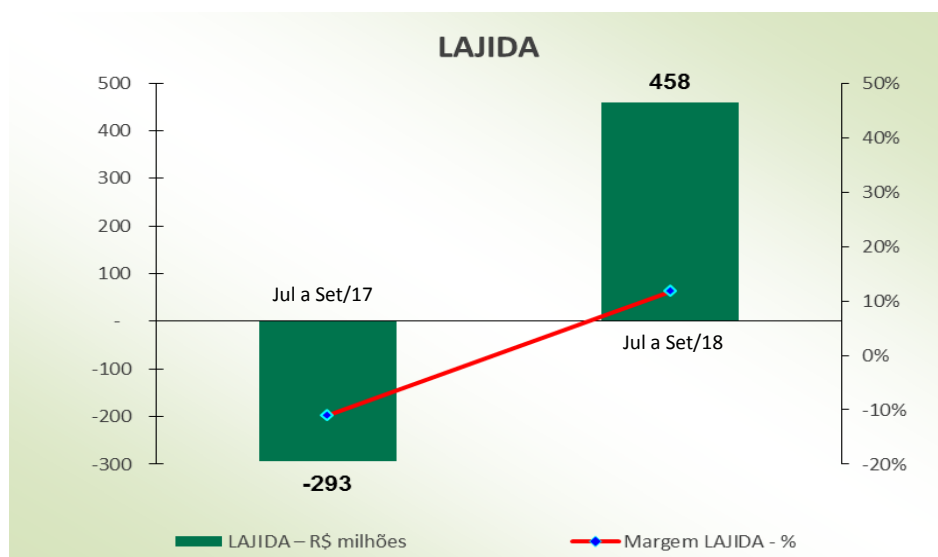
Resultado do trimestre

A Cemig D apresentou, no terceiro trimestre de 2018, lucro líquido de R\$168.443 em comparação ao prejuízo de R\$347.597 no terceiro trimestre de 2017. As principais variações na comparação dos resultados dos 3ºs trimestres de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig D apresentou crescimento no terceiro trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017:

LAJIDA - R\$ mil	Jul a Set/2018 (Reapresentado)	Jul a Set/2017	Var %
Lucro líquido (prejuízo) do período	168.443	(347.597)	-
+ Despesa (benefício fiscal de IR e contribuição social)	80.823	(169.007)	-
+ Resultado financeiro líquido	61.337	85.654	(28,39)
+ Amortização	147.815	137.703	7,34
= LAJIDA	458.418	(293.247)	-



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A aumento do LAJIDA no terceiro trimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017 deve-se, principalmente, ao aumento de 47,11% na receita líquida, sendo que os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento menor, de 17,00%, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

A margem do LAJIDA passou de 11,01% negativos no terceiro trimestre de 2017 para 11,71% positivos no terceiro trimestre de 2018.

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.052.187, no terceiro trimestre de 2018, em comparação a R\$3.884.786, no terceiro trimestre de 2017, representando um crescimento de 30,05%. Os principais impactos na receita, no terceiro trimestre de 2018, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- aumento de 1,03% na quantidade de energia vendida para consumidor final.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Jul a Set/2018	Jul a Set/2017	Var %
Residencial	2.497.296	2.456.908	1,64
Industrial	664.027	649.318	2,27
Comércio, Serviços e Outros	1.200.528	1.207.847	(0,61)
Rural	1.056.947	1.020.557	3,57
Poder Público	207.162	207.967	(0,39)
Iluminação Pública	349.429	354.299	(1,37)
Serviço Público	323.919	338.415	(4,28)
Total	6.299.308	6.235.311	1,03

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se o crescimento de a) 1,64% na quantidade de energia vendida para o segmento residencial em função da incorporação de novas unidades consumidoras; b) 2,27% na quantidade de energia vendida para a classe industrial em função da incorporação de grande consumidor cativo de alta tensão e c) 3,57% na quantidade de energia vendida para o segmento rural, tendo em vista que em 2017 o setor agropecuário mineiro sofreu forte retração, com reflexo no consumo de energia verificado na época.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No terceiro trimestre de 2018 essa receita correspondeu ao montante de R\$611.597, comparado a R\$339.409 no mesmo período de 2017, o que representou aumento de 80,19%. Esta variação decorre de:

- aumento de aproximadamente 36% ocorrido no reajuste tarifário anual de 2018, aplicável a partir de 28 de maio de 2018;
- crescimento no uso da rede (MWh) e na demanda faturada (MW); e
- aumento no número de instalações de CUSD faturadas.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No terceiro trimestre de 2018 foram reconhecidos valores a serem repassados no montante de R\$633.118, em comparação a valores a serem repassados no montante de R\$480.112 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em relação à cobertura tarifária, na comparação dos períodos em análise, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 20 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de infraestrutura de distribuição foram de R\$182.368, no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$284.184, no terceiro trimestre de 2017, uma redução de 35,83%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.878.695 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$2.626.444 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 9,60%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$615.124 no terceiro trimestre de 2018 comparados a R\$462.939 no mesmo período de 2017.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas em função da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Houve crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, nos períodos em comparação, sendo despesa de R\$249.422 no terceiro trimestre de 2018, em comparação a despesa de R\$101.625 no mesmo período de 2017, uma variação de 145,43%.

No terceiro trimestre de 2017 verificou-se o acionamento da bandeira amarela com impacto no faturamento do mês de agosto, e da bandeira vermelha, patamar 1, com impactos nos faturamentos dos meses de agosto e setembro. No terceiro trimestre de 2018, verificou-se o acionamento da bandeira vermelha, patamar 2 com impactos nos faturamentos dos meses de agosto e setembro.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$3.605.313 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$3.092.895 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 16,57%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 21 das informações contábeis intermediárias.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.284.594 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$1.662.921 no terceiro trimestre de 2017, um aumento de 37,38%. Esta variação se explica, principalmente, pelos fatos abaixo:

- aumento de 77,33% nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$596.536 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$336.398 no terceiro trimestre de 2017, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2018;
- aumento de 29,92% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$1.085.207 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$835.259 no terceiro trimestre de 2017. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento das

despesas da energia proveniente das cessões do MCSD (mecanismo de compensação de sobras e déficits) que representou um incremento de R\$151.473 na despesa do terceiro trimestre de 2018. Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2018, ocorreu o despacho das térmicas fora da ordem de mérito, aumentando o custo do combustível com consequente aumento no preço da energia;

- aumento de 47,20% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$189.251 no terceiro trimestre de 2018 comparados a R\$128.569 no mesmo período de 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 63,61% nas tarifas médias de cotas, sendo R\$94,52 no terceiro trimestre de 2018 e R\$57,78 no mesmo período de 2017, parcialmente compensado pela redução de 12,49% na quantidade de energia comprada (1.938.491 MWh no terceiro trimestre de 2018 e 2.215.110 MWh no mesmo período de 2017).

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$338.539 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$346.837 no mesmo período de 2017, representando redução de 2,39%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 21 destas informações contábeis intermediárias.

Despesa com pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$209.331 no terceiro trimestre de 2018, comparados a R\$233.255 no mesmo período de 2017, representando redução de 10,26%. Essa variação decorre, principalmente dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2017, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$24.131;
- redução de 5,48% no número médio de empregados sendo 4.371 no terceiro trimestre de 2018 e 4.624 no mesmo período de 2017.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$102.524 no terceiro trimestre de 2018 comparados a R\$54.565 no terceiro trimestre de 2017. As variações mais relevantes estão descritas na sequência deste relatório:

- variação das despesas para provisões de contingências trabalhistas que representou uma despesa no montante de R\$45.261 no terceiro trimestre de 2018 em comparação a R\$8.794 mesmo período de 2017. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória relativamente às ações onde se discute, dentre outros, a base de cálculo das horas extras;
- aumento de 77,39% da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, sendo despesa de R\$60.244 no terceiro trimestre de 2018 comparados a R\$33.961 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre do reconhecimento de perdas estimadas em 2018 relacionadas a faturas em atraso do Poder Público.

Mais informações na notas explicativas nºs 18 e 21.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido, no terceiro trimestre de 2018, foi uma despesa financeira líquida de R\$61.337, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$85.654 no mesmo período de 2017. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 18,22% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$99.708 no terceiro trimestre de 2018 comparados a R\$121.927 no mesmo período de 2017. Esta variação deve-se, principalmente, à redução da dívida indexada ao CDI e da menor variação deste indexador, que foi de 1,59% no terceiro trimestre de 2018 em comparação a 2,25% no mesmo período de 2017;
- aumento de 64,67% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$87.909 no terceiro trimestre de 2018 comparado a R\$53.385 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito do poder público estadual, com reconhecimento de atualização monetária;
- redução de 79,13% da renda de aplicação financeira sendo R\$3.678 no terceiro trimestre de 2018 comparado a R\$17.620 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa média do CDI, que foi de 1,59% no segundo trimestre de 2018 e 2,25% no mesmo período de 2017, aliado à redução do saldo de recursos aplicados no terceiro trimestre de 2018;
- variação do resultado líquido de variação cambial, sendo despesa líquida de R\$21.587 no terceiro trimestre de 2018 comparados a uma receita líquida de R\$8.514 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, substancialmente, da variação da valorização de 3,84% do dólar norte-americano em relação ao Real no terceiro trimestre de 2018 em comparação à desvalorização de 4,24% no mesmo período de 2017;

- variação monetária de atualização dos saldos da CVA: receita financeira de R\$23.894 no terceiro trimestre de 2018 em comparação a uma despesa financeira de R\$12.006 no terceiro trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido ativo de CVA no terceiro trimestre de 2018, com o registro de receita financeira de atualização do saldo. No mesmo período de 2017, a Companhia apresentou saldo líquido passivo de CVA, com o registro de passivo financeiro decorrente da atualização da obrigação. Vide mais informações na nota explicativa nº 11.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 22 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig D apurou, no terceiro trimestre de 2018, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$172.064 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$518.163. No terceiro trimestre de 2017, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$169.007 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$516.604.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c destas informações contábeis intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Luiz Humberto Fernandes
Diretor Vice-Presidente

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Neila Maria Barreto Leal
Diretora Jurídica

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretoria Sem Denominação
Específica

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Gestão de Pessoas

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 14 de novembro de 2018, emitimos um relatório de revisão sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro relativa à amortização de saldos da conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 27 de novembro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0